

**SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA**  
Portaria n.º 37/2011 de 19 de Maio de 2011

Considerando que o Regime de Enquadramento das Políticas de Juventude na Região Autónoma dos Açores, plasmado no Decreto Legislativo Regional n.º18/2008/A, de 7 de Julho, prevê a promoção da formação e do desenvolvimento artístico e cultural dos jovens; a protecção e difusão das manifestações artísticas, nomeadamente, nos âmbitos das artes plásticas, cénicas, musicais, literárias e digitais, por forma a potenciar a criatividade e a inovação dos jovens;

Considerando que o Governo Regional prossegue uma política de adopção de acções e medidas de promoção de actividades dos tempos livres dos jovens, incentivando o espírito de iniciativa, o fomento da educação cívica e a sua integração social, através da participação e envolvimento em actividades culturais e recreativas;

Considerando que uma parte importante de jovens não está associada, mas que, informalmente, desenvolve iniciativas meritórias e que existe um número significativo de organizações sem fins lucrativos que, apesar de não ser maioritariamente constituída por jovens, desenvolve um trabalho relevante em prol da juventude;

Considerando a importância de criar um programa estruturado de apoio a projectos concebidos e desenvolvidos por jovens, ou por entidades que desenvolvam actividades a eles destinadas, cujos objectivos se destinem a desenvolver o seu espírito empreendedor e de iniciativa, bem como a sua criatividade;

Considerando a relevância de criar condições favoráveis no acesso aos bens e equipamentos culturais, facilitando a utilização, pelos jovens, das instalações e equipamentos de carácter social destinados ao fomento, promoção e difusão de actividades culturais ou artísticas.

Assim, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 55.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2008/A, de 7 de Julho;

Manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Secretário Regional da Presidência, o seguinte:

**Capítulo I**

Disposições gerais

Artigo 1.º

**Objecto**

O presente diploma estabelece e regulamenta o Programa de fomento à iniciativa e criatividade dos jovens, designado Põe-te em Cena para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2008/A, de 7 de Julho.

Artigo 2.º

**Âmbito**

O Programa Põe-te em Cena visa apoiar projectos desenvolvidos por jovens, por grupos informais de jovens, ou por entidades, sem fins lucrativos, que desenvolvam actividades destinadas aos jovens, em que estes participam na concepção e desempenham papéis-chave, no sentido de desenvolver a sua capacidade de iniciativa, empreendedorismo e criatividade.

Artigo 3.º

**Estrutura do Programa**

O Programa Põe-te em Cena desenvolve-se em três Acções:

- a)Acção I: Apoio financeiro a projectos;
- b)Acção II: Acesso dos jovens aos bens e equipamentos culturais;
- c)Acção III: Apoio técnico a projectos no âmbito do Audiovisual e Multimédia.

Artigo 4.º

#### **Destinatários**

O Programa Põe-te em Cena destina-se a jovens, a grupos informais de jovens e a entidades sem fins lucrativos que promovam actividades destinadas a jovens.

Artigo 5.º

#### **Apresentação de Candidaturas**

1. Podem apresentar candidaturas ao Programa Põe-te em Cena:

- a)Jovens em nome individual, maiores de 18 anos;
- b)Jovens em nome individual com idade inferior a 18 anos, desde que devidamente assistidos pelos respectivos representantes legais;
- c)Grupos informais de jovens registados como tal junto da Direcção Regional da Juventude;
- d)Entidades que desenvolvam actividades destinadas aos jovens, não inscritas no Registo Açoriano de Associações de Juventude (RAAJ);
- e)As associações inscritas no RAAJ apenas podem candidatar-se às Acções II e III do presente programa.

2. As candidaturas são apresentadas em formulário electrónico a fornecer pela Direcção Regional da Juventude.

3. Dos projectos de candidatura devem constar os seguintes documentos:

- a)Formulário de candidatura;
- b)Declaração de responsabilidade do promotor;
- c)Cópia de documento de identificação do responsável pelo projecto.

Artigo 6.º

#### **Deveres dos beneficiários**

1 – São deveres dos beneficiários:

- a)Cumprir as actividades do projecto após aprovação pela Direcção Regional da Juventude;
- b)Solicitar autorização à Direcção Regional da Juventude para proceder a alterações à candidatura aprovada, caso se venham a verificar;
- c)Garantir um seguro de acidentes pessoais para todos os participantes, do qual devem enviar comprovativo à Direcção Regional da Juventude;
- d)Apresentar à Direcção Regional da Juventude, no prazo de trinta dias após a conclusão do projecto, o relatório das actividades realizadas e o relatório financeiro respectivo;
- e)Cumprir o Regulamento de funcionamento das entidades proprietárias dos bens e equipamentos culturais;

f)Apresentar todas as informações e documentos, sempre que solicitados pela Direcção Regional da Juventude;

g)Publicitar, de forma explícita, o apoio da Direcção Regional da Juventude ao projecto aprovado no âmbito do Programa Põe-te em Cena;

h)Assumir todas as demais obrigações constantes da presente Portaria.

2 – O relatório a que se refere a alínea d) do número anterior é apresentado em formulário próprio disponível no sítio da Internet da Direcção Regional da Juventude, ao qual devem ser anexados os comprovativos das correspondentes despesas.

#### Artigo 7.º

### **Deveres da Direcção Regional da Juventude**

O Programa Põe-te em Cena é gerido e acompanhado pela Direcção Regional da Juventude, à qual compete:

a)Proceder à divulgação do Programa, através dos meios considerados adequados, nomeadamente, através do sítio na Internet da Direcção Regional da Juventude;

b)Elaborar e disponibilizar todos os formulários do Programa;

c)Disponibilizar listagem actualizada dos principais bens e equipamentos culturais disponíveis, através do sítio na Internet da Direcção Regional da Juventude;

d) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos interessados.

### **Capítulo II**

#### Acções

#### Acção I

#### Apoio Financeiro a Projectos

#### Artigo 8.º

#### **Âmbito**

O apoio financeiro a projectos destina-se a proporcionar a oportunidade de transformar ideias em iniciativas que permitam aos jovens estar, directa e activamente, envolvidos no planeamento e na execução de projectos, cujos objectivos se destinem a desenvolver o seu espírito empreendedor e de iniciativa, bem como a sua criatividade.

#### Artigo 9.º

#### **Organização dos projectos**

A Organização de um projecto deve contemplar:

a) Tema do projecto, o qual deve expressar uma temática claramente identificada e reflectir os interesses e as necessidades dos participantes;

b) Criatividade inovadora e empreendedorismo, privilegiando a introdução, a implementação e a promoção de abordagens inovadoras e formas criativas e inexploradas;

c) Envolvimento activo dos participantes no projecto, identificando o programa da actividade e os métodos de trabalho em função do envolvimento dos membros do grupo em todas as fases do projecto.

#### Artigo 10.º

#### **Critérios de avaliação dos projectos**

1. Os projectos são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

a)Relevância para com os objectivos gerais do Programa;

- b)Qualidade do projecto e métodos propostos;
- c)Perfil dos participantes e dos promotores;
- d)Criatividade inovadora e empreendedorismo.

#### Artigo 11.º

#### **Financiamento**

1. A aprovação dos projectos fica condicionada à dotação orçamental do Plano.
2. Os projectos aprovados, no âmbito deste programa, recebem apoio financeiro, até ao montante máximo de € 5000,00.
3. O financiamento do projecto é efectuado em duas parcelas, correspondendo a primeira a 80% do total da verba atribuída ao projecto, sendo a restante atribuída após a apresentação do relatório final.

#### Artigo 12.º

#### **Regras de Financiamento**

1. Os projectos ao abrigo desta Acção são financiados nas seguintes áreas:
  - a) Custos da Actividade, correspondente a qualquer custo directamente relacionado com a implementação do projecto;
  - b) Custos de transportes, relativo a despesas de viagem entre o local de residência e o local do projecto, devendo optar-se pela utilização dos meios de transporte e das tarifas mais económicas;
  - c) Custos relacionados com a disseminação e exploração dos resultados do projecto.
2. A prioridade do financiamento é atribuída ao custo da actividade, que poderá obter a totalidade do financiamento.
3. O financiamento dos custos de transportes terrestres não pode exceder 10% da totalidade do projecto.
4. O financiamento dos custos para a disseminação e exploração adicional dos resultados não pode exceder 5% da totalidade do projecto.

#### Artigo 13.º

#### **Sanções**

1. Constituem situações sancionáveis, designadamente:
  - a) A utilização das verbas concedidas para fins diferentes dos aprovados;
  - b) A não apresentação dos relatórios previstos;
  - c) A não apresentação ou existência de qualquer irregularidade nos documentos comprovativos apresentados.
2. A verificação de qualquer das situações descritas no número anterior implica:
  - a) A reposição das verbas concedidas e a, eventual, suspensão do processamento das mesmas;
  - b) A inelegibilidade de novos projectos ao abrigo do presente programa;
  - c) A impossibilidade de a entidade beneficiar de qualquer espécie de apoio, em relação a qualquer programa da Direcção Regional da Juventude, por um prazo não inferior a dois anos.
3. A responsabilidade pela devolução das verbas referidas na alínea a) do número anterior recai sobre os responsáveis pelo projecto.

## Artigo 14.º

### **Execução Fiscal**

Não se verificando a reposição voluntária, independentemente da responsabilidade civil e criminal que possa existir, a Direcção Regional da Juventude promove a cobrança por execução fiscal.

## Acção II

### Acesso dos jovens aos bens e equipamentos culturais

## Artigo 15.º

### **Âmbito**

A acção relativa ao acesso dos jovens aos bens e equipamentos culturais visa facilitar o acesso e usufruto dos bens e equipamentos culturais, favorecendo a envolvência dos jovens num processo valorizador da cultura, do lazer e da ocupação dos tempos livres.

## Artigo 16.º

### **Bens e Equipamentos**

1. Os bens e equipamentos a disponibilizar no âmbito desta Acção são:

- a) Os da gestão directa da Direcção Regional da Juventude, nomeadamente, as Academias de Juventude;
- b) Os pertencentes a entidades públicas e privadas, mediante acordos ou protocolos estabelecidos entre as proprietárias e a Direcção Regional da Juventude.

2. A Direcção Regional da Juventude disponibiliza, periodicamente, informação actualizada sobre os bens e equipamentos disponíveis para a realização de actividades e projectos dos jovens, dos grupos informais de jovens e das entidades que desenvolvam actividades destinadas aos jovens.

## Artigo 17.º

### **CrITÉrios de avaliação das candidaturas**

As candidaturas são avaliadas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Relevância para com os objectivos gerais do programa;
- b) Qualidade do projecto e métodos propostos;
- c) Tipologia dos bens e equipamentos solicitados e disponíveis;
- d) Adequação dos bens e equipamentos às finalidades do projecto.

## Acção III

### Apoio Técnico a Projectos no Âmbito do Audiovisual e Multimédia

## Artigo 18.º

### **Âmbito**

O apoio técnico a projectos no âmbito do audiovisual e multimédia pretende desenvolver uma vertente de apoio à produção de projectos apresentados por jovens iniciados e não-profissionais e por entidades que desenvolvam actividades destinadas aos jovens.

## Artigo 19.º

### **Objectivos**

Os objectivos do apoio técnico a projectos no âmbito do audiovisual e multimédia são:

a) Estimular os jovens que, não tendo acesso a outros mecanismos de apoio à produção Audiovisual e Multimédia, podem desenvolver experiências e projectos nestas áreas.

b) Disponibilizar meios, nomeadamente, filmagem, montagem, pós-produção, acompanhamento técnico, e espaços de criatividade e de experimentação.

c) Prestar serviços a outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, cujos intervenientes sejam jovens ou que desenvolvam iniciativas destinadas a jovens.

Artigo 20.º

#### **CrITÉRIOS de avaliação das candidaturas**

As candidaturas são avaliadas de acordo com os seguintes critérios:

a) Relevância para com os objectivos gerais do Programa;

b) Qualidade do projecto e métodos propostos;

c) Tipologia dos equipamentos solicitados e disponíveis;

d) Disponibilidade dos técnicos da Direcção Regional da Juventude.

Artigo 21.º

#### **Execução do Programa**

A interpretação e a integração de lacunas são efectuadas por despacho do Secretário Regional da Presidência.

Artigo 22.º

#### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Secretário Regional da Presidência.

Assinada em 6 de Maio de 2011.

O Secretário Regional da Presidência, *André Jorge Dionísio Bradford*.